



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios

Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários

Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios

Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35000.001089/2019-24

Interessado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF, DALVA FERREIRA DOS SANTOS, Banco Daycoval

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 15
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 15/09/2020, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



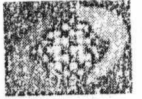
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1713039** e o código CRC **8DFFA536**.

Referência: Processo nº 35000.001089/2019-24

SEI nº 1713039



TJDFT

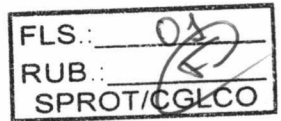
Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES

SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204

(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF



Ofício nº. 405/2019

Brasília, 15 de maio de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul

Brasília - DF

Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008**

Número do processo: **0707516-07.2018.8.07.0009**

Classe judicial: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)**

EMBARGANTE: BANCO DAYCOVAL S/A

EMBARGADO: DALVA FERREIRA DOS SANTOS

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689) em epígrafe, em que são partes: **EMBARGANTE: BANCO DAYCOVAL S/A - CNPJ: 62.232.889/0001-90 e EMBARGADO: DALVA FERREIRA DOS SANTOS - CPF: 617.801.466-04.**

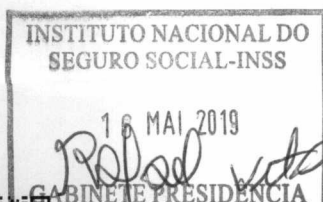
Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

Atenciosamente,

PATRÍCIA TORRES SANTOS MAGALHÃES

Diretora de Secretaria

2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF



Número do documento: 19051517503243100000008479004

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19051517503243100000008479004>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 15/05/2019 17:50:32

Processo 0707516-07.2018.8.07.0009 (1713009)

SEI 35000.001089/2019-24 / pg. 3

Elm. Strano

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

FLS.:	02
RUB.:	
SPROT/CGLCO	

Segunda Turma Recursal

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Segunda Turma Recursal - 7ª Sessão Ordinária - 2019 - 2ª TRJEDF

Órgão : Segunda Turma Recursal

Espécie : EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)

Nº
Processo : 0707516-07.2018.8.07.0009

Data da
Sessão : 10/04/19

Presidente : JOAO LUIS FISCHER DIAS

Quorum
: JOAO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORREA SILVA - 1º Vogal e
EDUARDO HENRIQUE ROSAS - 2º Vogal

Decisão : **CONHECIDOS. EMBARGOS REJEITADOS. UNANIME**

Brasília-DF, 10 de abril de 2019

PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES
Segunda Turma Recursal



Número do documento: 19041018190498400000007950026

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19041018190498400000007950026>

Assinado eletronicamente por: PATRICIA TORRES SANTOS MAGALHAES - 10/04/2019 18:19:05

Processo 0707516-07.2018.8.07.0009 (1713009)

SEI 35000.001089/2019-24 / pg. 5

Num. 8133726 - Pág. 1

EM BRANCO

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

FLS.:	03
RUB.:	
SPROT/CGLCO	

Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL 0707516-07.2018.8.07.0009

EMBARGANTE(S) BANCO DAYCOVAL S/A

EMBARGADO(S) DALVA FERREIRA DOS SANTOS

Relator Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS

Acórdão N° 1164961

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. PRETENSÃO DE REVISÃO DO JULGADO. NÃO OCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DOS ART. 1022 DO NCPC E ART. 48, DA LEI 9.099/95. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Conheço dos Embargos de Declaração interpostos pela autora (ID 7440951) por serem tempestivos. Todavia sua rejeição é medida que se impõe, visto que não configuradas as hipóteses do art. 48 da lei 9.099/95, nem do art. 1.022 do CPC/2015 (omissão, contradição, obscuridade ou erro material).
2. As teses e documentos apresentados foram amplamente analisados pelo Colegiado e concretizados no acórdão embargado. Todavia, em razão do caráter integrativo dos embargos de declaração, esclareço que os montantes a serem considerados para fins de compensação (entre os disponibilizados pelo réu e descontados da autora) serão os históricos.
4. Não há, portanto, qualquer vício apto a macular o acórdão embargado.
5. Embargos **CONHECIDOS** e **REJEITADOS**. Acórdão lavrado na forma do art. 46 da lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal e EDUARDO HENRIQUE ROSAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão:



Número do documento: 19041512281075200000007994755

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19041512281075200000007994755>

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS - 15/04/2019 12:28:10

Processo 0707516-07.2018.8.07.0009 (1713009)

SEI 35000.001089/2019-24 / pg. 7

Num. 8179834 - Pág. 1

EM BRANCO

CONHECIDOS. EMBARGOS REJEITADOS. UNANIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 10 de Abril de 2019

Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS
Presidente e Relator

FLS.:	04
RUB.:	
SPROT/CGJCO	

RELATÓRIO

Dispensado nos termos do art. 46 da Lei n. 9.099/95.

VOTOS

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - Relator

Dispensado nos termos do art. 46 da Lei n. 9.099/95.

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 1º Vogal
Com o relator

O Senhor Juiz EDUARDO HENRIQUE ROSAS - 2º Vogal
Com o relator

DECISÃO

CONHECIDOS. EMBARGOS REJEITADOS. UNANIME



EM BRANCO

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

FLS.:	05
RUB.:	
SPROT/CGLEO	

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0707516-07.2018.8.07.0009
Classe judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL (1689)
Assunto: [Antecipação de Tutela / Tutela Específica]
EMBARGANTE: BANCO DAYCOVAL S/A
EMBARGADO: DALVA FERREIRA DOS SANTOS

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **15 de maio de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 15 de maio de 2019.



Número do documento: 1905151244316800000008461550

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=1905151244316800000008461550>

Assinado eletronicamente por: EDRIANE LOREDO DELFIACO - 15/05/2019 12:44:31

Processo 0707516-07.2018.8.07.0009 (1713009)

SEI 35000.001089/2019-24 / pg. 11

Num. 8660495 - Pág. 1

EM BRANCO



Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

AO
SENHOR
PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO
SOCIAL - INS

FLS.: 06
RUB.:
SPROT/GELCO



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 20 / 05/2019

Ref.: Processo nº 35000.001089/2019-24
(Sipps nº 484.498.943)

Int.: Segunda Turma Recursal dos Juizados
Especiais do Distrito Federal

Ass.: Art. 52, da Instrução Normativa INSS/
PRES nº 28/2008
Banco DAYCOL S/A e Dalva Ferreira
dos Santos.

Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para exame e adoção das providências cabíveis.

Sidarta Costa de A. Souza
SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA
Chefe de Gabinete da Presidência

rmst d.beneficio52

EM BRANCO

Consulta de Empréstimo Consignado

Usuário: Alessandro Elias Borges

Consulta de Empréstimos

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório

1 - Exija sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito.

2 - Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros ou por telefone.

Informações do benefício

Número do benefício: 0831420464

Nome do segurado: DALVA FERREIRA DOS SANTOS

Espécie: 21-PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA

Pagamento através de: CONTA-CORRENTE

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador?: NÃO

É pensão alimentícia?: NÃO

Bloqueado para empréstimo?: NÃO

Valor da MR: R\$ 998,00 Valor referente ao pagamento da competência 05/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 778,44

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 13,53 1,7 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 38,92 5,0 %

Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	Ini. Contrato	Ini. Desconto	Fim Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Vi. Empréstado	Vi. Parcela	Parcela/Tota
810065167 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/06/2018	05/2018	-	01/05/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 4.455,38	R\$ 125,82	13 / 72
0013288772020180315 - (Empréstimo por Consignação)	341 - ITAU	15/03/2018	04/2018	-	15/03/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 585,55	R\$ 16,72	14 / 72
55-4476684/16 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	11/10/2016	11/2016	-	17/10/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.108,97	R\$ 33,40	31 / 72
50-4476704/16 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	11/10/2016	11/2016	-	13/10/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.462,91	R\$ 44,06	31 / 72
781695333 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/04/2014	03/2014	2018/04	20/02/2014	01/05/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.093,04	R\$ 125,82	50 / 60
50-1336156/12 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	11/09/2012	10/2012	2016/10	17/09/2012	14/10/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.067,71	R\$ 33,40	49 / 58
725688050 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/11/2012	10/2012	2014/02	17/09/2012	20/02/2014	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.850,31	R\$ 150,99	17 / 58
573169128 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/03/2011	02/2011	2012/09	19/01/2011	17/09/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.723,00	R\$ 150,99	20 / 60

Reserva de Margem para Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Início Contrato	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Limite Cartão	Vi. Reservado
52-0215869/16_01	707 - BANCO DAYCOVAL	18/10/2016	28/11/2017	23/04/2019	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 850,00	R\$ 45,91
52-0215869001/16	707 - BANCO DAYCOVAL	11/10/2016	11/10/2016	28/11/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 850,00	R\$ 33,88
7447777	318 - BANCO BMG	01/10/2015	20/10/2015	03/01/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.576,00	R\$ 30,33

Descontos de Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	Vi. Desconto	Util. Mês
52-0215869/16_010419	707 - BANCO DAYCOVAL	04/2019	02/04/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_010219	707 - BANCO DAYCOVAL	03/2019	25/02/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_010119	707 - BANCO DAYCOVAL	02/2019	31/01/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_011218	707 - BANCO DAYCOVAL	01/2019	23/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_011118	707 - BANCO DAYCOVAL	12/2018	27/11/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_011018	707 - BANCO DAYCOVAL	11/2018	27/10/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_010918	707 - BANCO DAYCOVAL	10/2018	24/09/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_010818	707 - BANCO DAYCOVAL	09/2018	29/08/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_010718	707 - BANCO DAYCOVAL	08/2018	25/07/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91
52-0215869/16_010618	707 - BANCO DAYCOVAL	07/2018	26/06/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 45,91	R\$ 45,91	R\$ 45,91

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	Vi. Desconto	Util. Mês
52-0215869/16_010518	707 - BANCO DAYCOVAL	06/2018	30/05/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 32,14	R\$ 32,14	R\$ 32,14
52-0215869/16_010418	707 - BANCO DAYCOVAL	05/2018	04/05/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 18,36	R\$ 18,36	R\$ 18,36
52-0215869/16_010318	707 - BANCO DAYCOVAL	04/2018	02/04/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 32,14	R\$ 32,14	R\$ 32,14
52-0215869/16_010218	707 - BANCO DAYCOVAL	03/2018	03/03/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 32,14	R\$ 32,14	R\$ 32,14
52-0215869/16_010118	707 - BANCO DAYCOVAL	02/2018	27/01/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 32,14	R\$ 32,14	R\$ 32,14
52-0215869001/161117	707 - BANCO DAYCOVAL	12/2017	28/11/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/161017	707 - BANCO DAYCOVAL	11/2017	26/10/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160917	707 - BANCO DAYCOVAL	10/2017	25/09/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160817	707 - BANCO DAYCOVAL	09/2017	27/08/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160717	707 - BANCO DAYCOVAL	08/2017	26/07/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160617	707 - BANCO DAYCOVAL	07/2017	26/06/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160517	707 - BANCO DAYCOVAL	06/2017	26/05/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160417	707 - BANCO DAYCOVAL	05/2017	27/04/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160317	707 - BANCO DAYCOVAL	04/2017	27/03/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160217	707 - BANCO DAYCOVAL	03/2017	24/02/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/160117	707 - BANCO DAYCOVAL	02/2017	28/01/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/161216	707 - BANCO DAYCOVAL	01/2017	26/12/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88
52-0215869001/161116	707 - BANCO DAYCOVAL	12/2016	30/11/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 30,49	R\$ 30,49	R\$ 30,49
52-0215869001/161016	707 - BANCO DAYCOVAL	11/2016	25/10/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 33,88	R\$ 33,88	R\$ 33,88

Consulta de Empréstimo Consignado



Consulta de Empréstimos

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório

1 - Exija sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito.

2 - Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros ou por telefone.

Informações do benefício

Número do benefício: 1055893650

Nome do segurado: DALVA FERREIRA DOS SANTOS

Espécie: 92-APOSENT. INVALIDEZ ACIDENTE TRABALHO

Pagamento através de: CONTA-CORRENTE

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador?: NÃO

É pensão alimentícia?: NÃO

Bloqueado para empréstimo?: NÃO

Valor da MR: R\$ 1.397,31 Valor referente ao pagamento da competência 05/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 1.397,31

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 0,00 0,0 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 0,00 0,0 %

Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	Ini. Contrato	Ini. Desconto	Fim Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Vi. Empréstado	Vi. Parcela	Parcela/Total
163967028 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	09/05/2019	06/2019	-	09/05/2019	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.014,64	R\$ 29,00	00 / 72
857824415 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	30/05/2018	06/2018	-	02/06/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 5.719,74	R\$ 153,43	12 / 72
857484459 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	23/05/2018	06/2018	2018/05	26/05/2018	02/06/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.890,71	R\$ 153,43	01 / 55
857726948 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	21/05/2018	06/2018	-	22/05/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 5.243,82	R\$ 141,14	12 / 72
857484327 - (Empréstimo por Consignação)	955 - OLE CONSIGNADO	14/05/2018	06/2018	2018/05	15/05/2018	22/05/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.822,63	R\$ 141,14	01 / 62
810065430 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/06/2018	05/2018	-	24/04/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.286,12	R\$ 36,32	13 / 72
810065222 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/06/2018	05/2018	-	24/04/2018	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.238,67	R\$ 34,98	13 / 72
578177136 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/02/2018	01/2018	-	19/12/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 865,48	R\$ 24,32	17 / 72
4758551/17 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	03/05/2017	06/2017	2018/05	09/05/2017	12/05/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.950,89	R\$ 141,14	12 / 72
50-4476621/16 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	11/10/2016	11/2016	2018/05	14/10/2016	23/05/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 5.316,42	R\$ 160,12	19 / 72
782621341 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/04/2014	03/2014	2018/04	25/02/2014	24/04/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.144,26	R\$ 34,98	50 / 60
55-2195086/14 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	07/02/2014	03/2014	2017/04	17/02/2014	09/05/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.589,17	R\$ 141,14	38 / 60
780292502 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/04/2014	03/2014	2018/04	07/02/2014	24/04/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.171,99	R\$ 36,32	50 / 60
55-1336016/12 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	10/09/2012	10/2012	2014/02	17/09/2012	17/02/2014	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.511,86	R\$ 141,14	17 / 58
725691670 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/11/2012	10/2012	2014/02	17/09/2012	25/02/2014	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.123,67	R\$ 34,98	17 / 58
51-1162951/12 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	23/04/2012	05/2012	2012/09	28/04/2012	17/09/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.246,98	R\$ 141,14	05 / 58
476183162 - (Empréstimo por Consignação)	229 - CRUZEIRO DO SUL	16/09/2011	10/2011	2014/02	19/09/2011	22/02/2014	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 3.015,53	R\$ 99,00	29 / 60
573170665 - (Empréstimo por Consignação)	394 - BRAD. FINANCIAM	07/03/2011	02/2011	2012/09	19/01/2011	17/09/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.094,00	R\$ 34,98	20 / 60
000063528818234 - (Empréstimo por Consignação)	409 - UNIBANCO	23/06/2010	07/2010	2012/04	24/06/2010	28/04/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 3.000,00	R\$ 127,96	22 / 36
800582398-7 - (Empréstimo por Consignação)	623 - PAN	06/03/2006	04/2006	2009/03	07/03/2006	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 418,00	R\$ 18,97	36 / 36
0123046058741 - (Empréstimo por Consignação)	237 - BRADESCO	18/10/2005	11/2005	2008/10	19/10/2005	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 2.500,00	R\$ 130,81	36 / 36

Consulta de Empréstimo Consignado - Consulta de Empréstimos

Contrato	Banco	Início Contrato	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Limite Cartão	Vi. Reservado
52-0215873/16_01	707 - BANCO DAYCOVAL	18/10/2016	28/11/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.550,00	R\$ 69,86
52-0215873001/16	707 - BANCO DAYCOVAL	11/10/2016	11/10/2016	28/11/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.550,00	R\$ 62,09
7447744	318 - BANCO BMG	01/10/2015	20/10/2015	03/01/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 2.232,00	R\$ 55,80
000395274	623 - PAN	30/01/2007	01/02/2007	22/05/2010	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 0,00	R\$ 16,05

Descontos de Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	Vi. Desconto	Util. Mês
52-0215873/16_011018	707 - BANCO DAYCOVAL	11/2018	27/10/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010918	707 - BANCO DAYCOVAL	10/2018	24/09/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010818	707 - BANCO DAYCOVAL	09/2018	29/08/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010718	707 - BANCO DAYCOVAL	08/2018	25/07/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010618	707 - BANCO DAYCOVAL	07/2018	27/06/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010518	707 - BANCO DAYCOVAL	06/2018	26/05/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010418	707 - BANCO DAYCOVAL	05/2018	27/04/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010318	707 - BANCO DAYCOVAL	04/2018	25/03/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010218	707 - BANCO DAYCOVAL	03/2018	25/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_010118	707 - BANCO DAYCOVAL	02/2018	25/01/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873/16_011217	707 - BANCO DAYCOVAL	01/2018	27/12/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 66,17	R\$ 66,17	R\$ 66,17
52-0215873001/161117	707 - BANCO DAYCOVAL	12/2017	28/11/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/161017	707 - BANCO DAYCOVAL	11/2017	26/10/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160917	707 - BANCO DAYCOVAL	10/2017	26/09/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160817	707 - BANCO DAYCOVAL	09/2017	27/08/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160717	707 - BANCO DAYCOVAL	08/2017	26/07/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160617	707 - BANCO DAYCOVAL	07/2017	27/06/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160517	707 - BANCO DAYCOVAL	06/2017	26/05/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160417	707 - BANCO DAYCOVAL	05/2017	27/04/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160317	707 - BANCO DAYCOVAL	04/2017	27/03/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160217	707 - BANCO DAYCOVAL	03/2017	24/02/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/160117	707 - BANCO DAYCOVAL	02/2017	28/01/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/161216	707 - BANCO DAYCOVAL	01/2017	26/12/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/161116	707 - BANCO DAYCOVAL	12/2016	26/11/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09
52-0215873001/161016	707 - BANCO DAYCOVAL	11/2016	25/10/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 62,09	R\$ 62,09	R\$ 62,09

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

2JECIRSAM
2ª Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia



Número do processo: 0707516-07.2018.8.07.0009

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: DALVA FERREIRA DOS SANTOS

RÉU: BANCO DAYCOVAL S/A

SENTENÇA

Dispensado o relatório na forma da Lei, cabível o julgamento antecipado da lide, porque as partes não indicaram testemunhas para serem ouvidas. Ademais, o teor da petição inicial e da contestação, bem como os documentos convergidos aos autos, já autorizam a prolação de uma sentença de mérito. Assim, INDEFIRO o pleito de ID 23792780.

Não foram arguidas preliminares/prejudiciais, e presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, de modo que passo ao exame da causa.

Conquanto a relação jurídica entabulada entre as partes esteja jungida às normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor, isso não basta para o reconhecimento de procedência do pleito inaugural.

A respeito do contexto fático, a autora noticiou, em apertada síntese, que percebe benefício previdenciário e ao verificar seu extrato de pagamento constatou que o réu, sem que houvesse qualquer solicitação, implementou/implantou empréstimo de reserva de margem para cartão de crédito consignado, passando a partir de 11/10/2016 a debitar mensalmente o valor de R\$ 33,88, a título de RMC. Aduziu que o serviço em questão não foi solicitado, tratando-se de fraude contratual, e que em todos os empréstimos realizados anteriormente a assinatura do contrato se deu com base na confiança, contudo nunca houve qualquer informação relativa a cartão de crédito consignável. Ao final pugnou, dentre outros, pela declaração da inexistência do débito referente ao EMPRÉSTIMO sobre a RMC e a condenação do réu a restituir em dobro os valores descontados.

O demandado contestou o pedido no ID 23627819.

Da análise dos autos, vejo que razão não assiste à requerente, pois o documento juntado no ID 23629457, pág. 1, comprova que as partes celebraram "Termo de Adesão às condições gerais de emissão e utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval", com autorização para constituição de reserva de margem consignável de até 5% de sua remuneração para pagamento mínimo mensal da fatura do cartão de crédito consignado do banco réu. Também há declaração expressa de ciência da autora a respeito do pagamento da fatura do cartão de crédito a ser realizado em seu valor integral, pois a consignação consiste apenas no pagamento do valor mínimo da fatura, conforme documento de ID 23629457, pág. 2, o qual especifica o valor do saque e as taxas de juros, IOF e tarifas aplicadas.

Além disso, merece registro que no áudio juntado no ID 23629430 há gravação entre a preposta da ré e a autora, quando foram feitas confirmações para liberação do cartão de crédito consignado com valor de pré-saque que a cliente solicitou ao banco, e ao final a requerente manifesta concordância e confirma a aprovação do saque através do cartão de crédito do banco réu, o que está de acordo com os documentos de ID 23629457 e faturas de ID 23629467.

Assim, os documentos acostados pelo promovido atestam a ciência inequívoca da demandante a respeito do contrato celebrado e sua finalidade, de modo que o dever de informação restou suficientemente atendido, restando assim comprovada a regular contratação, na qual a quantia foi disponibilizada à requerente, e está sendo descontado o valor mínimo do seu benefício. Ademais, não prospera a alegação de que a modalidade de contrato firmado entre as partes é abusiva por tornar a dívida impagável, porquanto a autora pode utilizar a fatura mensal para amortizar a dívida, pagando qualquer valor entre o mínimo já descontado e o total do débito, até a data do vencimento. Nessa esteira:

"JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CLAREZA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. NÃO COMPROVADA A DISSONÂNCIA ENTRE A CONTRATAÇÃO EFETIVAMENTE REALIZADA E A VERDADEIRA INTENÇÃO DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais, consistentes na declaração de inexistência ou nulidade da contratação de empréstimo consignado (cartão de crédito) com reserva da margem de crédito (RMC); restituição em dobro dos valores que foram pagos a título de RMC; compensação por danos morais. Em seu recurso, sustenta que houve falha no dever de informação a cargo do fornecedor e vício de consentimento, uma vez que a parte autora acreditava estar formalizando um empréstimo consignado, visto que jamais pretendeu contratar os serviços de cartão de crédito consignado. Aduz que o procedimento de contratação foi idêntico ao de um empréstimo consignado. Assevera que se trata de cartão fictício, cujo plástico nunca foi entregue à parte recorrente, que não pode ficar eternamente presa aos descontos referentes à RMC. II. Recurso próprio, tempestivo e dispensado de preparo ante a concessão da gratuidade de justiça (ID 4692337). Contrarrazões apresentadas (ID 4692339). III. A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54). No entanto, a caracterização da relação de consumo, a situação de hipervulnerabilidade do consumidor e a existência de um contrato de adesão não autorizam, por si, a procedência do pedido. IV. No caso, o documento colacionado sob o ID 4692320 revela claramente que houve "contrato para utilização do cartão de crédito INTERMEDIUM", com autorização para descontos de valores diretamente na fonte pagadora. Há, ainda, "Autorização de constituição de reserva de margem consignável - RMC nos benefícios previdenciários" da parte recorrente, com tomada de "empréstimo" no valor de R\$ 3.888,65 (três mil, oitocentos e oitenta e oito reais, sessenta e cinco centavos), contratada em 6.10.2015, com parcelas mensais de R\$ 141,74, além de descrição da taxa efetiva anual e do valor total a pagar (ID 4692320 - Pág. 3). Assim, não há que se falar em falha no dever de informação, pois o contrato atende ao disposto no art. 52 do CDC. V. Nessa esteira, não se pode declarar a inexistência do débito, pois além da comprovada a regular contratação, a quantia foi devidamente liberada em favor da parte recorrente. VI. Por derradeiro, não prospera o argumento da parte autora de que o empréstimo é abusivo, e que os descontos mensais seriam ilimitados e acarretariam uma dívida eterna, uma vez que a permanência do débito decorre exclusivamente da falta de pagamento do valor integral devido, visto que a parte autora vem realizando apenas o pagamento mensal do mínimo estipulado ou em algumas ocasiões valores superiores ao mínimo, que, no entanto, não são suficientes para a quitação do débito. VII. Portanto, embora se trate de relação de consumo, por inexistir abusividade patente no contrato coligido aos autos, devem prevalecer os termos avençados pelas partes. Precedente: "DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NO CARTÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. 1 - Na forma do art. 46 da Lei 9.099/1995, a ementa serve de acórdão. Recurso próprio, regular e tempestivo. 2 - Contrato de empréstimo. Quitação não demonstrada. O conjunto probatório evidencia que a autora contraiu empréstimo bancário, com desconto das parcelas diretamente na fatura de seu cartão de crédito (fls. 18/22). Não há demonstração de quitação do contrato, uma vez que a quantia depositada para pagamento antecipado das parcelas remanescentes (fl. 40) era insuficiente para saldar a totalidade da dívida, que compreendia, além das parcelas, os demais débitos do cartão de crédito. Incabível, portanto, a declaração de inexistência de débitos. 3 - Responsabilidade civil. Dano moral. O reconhecimento da responsabilidade civil por danos morais pressupõe a prática de ilícito. Sem demonstração de inscrição indevida ou de qualquer outra ilegalidade imputada à ré, não se acolhe o pedido de indenização por danos morais (art. 186 do Código Civil). Sentença que se confirma pelos seus próprios fundamentos. 4 - Recurso conhecido, mas não provido. Custas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 600,00, pela recorrente vencida, com exigibilidade suspensa em face da concessão da gratuidade de justiça". (Acórdão n.1000543, 20161210002178ACJ, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA 1ª TURMA RECURSAL, Data de Julgamento: 23/02/2017, Publicado no DJE: 09/03/2017. Pág.: 268/274) VIII. Assim, diante da inexistência de qualquer ato ilícito da parte recorrida, descabe falar em reparação de danos morais ou materiais na espécie. IX. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida. Condeno a parte recorrente vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% do valor corrigido da causa, contudo suspendo a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do NCPC. X. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95".

(Acórdão

n.1128307

(https://correio.tjdft.jus.br/owa/redir.aspx?

SURL=glf7qa14Pflu5wAjfM8bA0AdmgzQs3DKI5jcK4ZoH08RD03KpTrWCGgAdAB0AHAACwA6AC8ALwBwAGUAcwBxAHUAAQBweb%2fsistj%3fvisaoid%3dtjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao%26controladorId%3d07137542120188070016, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 03/10/2018, Publicado no DJE: 10/10/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Nessas condições, resta apenas afastar os pleitos aviados na exordial, já que os descontos realizados em folha de pagamento tiveram por base ajuste escrito firmado entre as partes, os quais não se revestiram, por isso, do caráter de "indevidos", e sequer restou demonstrado descumprimento contratual por parte do réu, ou violação aos direitos de

Fls. 112
Rubrica

P.R.I.

Juiz de Direito



18102518031667000000023487209

IMPRIMIR GERAR PDF

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



Órgão	Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL
Processo N.	RECURSO INOMINADO 0707516-07.2018.8.07.0009
RECORRENTE(S)	DALVA FERREIRA DOS SANTOS
RECORRIDO(S)	BANCO DAYCOVAL S/A
Relator	Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS
Acórdão N°	1155167

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. AUSÊNCIA DE CLAREZA NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO PRETENDIDO E O CELEBRADO. DEVER DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA NÃO OBSERVADO. CARTÃO SEM USO. NULIDADE DO CONTRATO. COMPENSAÇÃO ENTRE O VALOR RECEBIDO E O EFETIVAMENTE PAGO PELA CONSUMIDORA. DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS. OFÍCIO AO INSS PARA FINS DO ART. 52 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 28/2008. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor.

2. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada acerca da sistemática de funcionamento do contrato, em claro desatendimento ao art. 6º, II a IV, e art. 46, ambos do CDC.

3. Com efeito, não consta no contrato colacionado (ID 6578246, p. 1/2), de forma expressa e clara, o montante emprestado, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.

4. Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que a autora não usou o cartão de crédito (ID 6578247), dando verossimilhança à sua tese que o plástico não foi por ela desbloqueado. Assim, forçoso reconhecer a nulidade do contrato (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC.

5. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o mesmo não merece acolhida, pois serviram de pagamento a empréstimo efetivamente contratado e por ela utilizado. Pensamento contrário acabaria por acarretar o seu enriquecimento sem causa.

6. Para fins de normatizar os efeitos da declaração de nulidade, com a restituição possível *ao status quo ante*; deve ocorrer a compensação (art. 368, CC) nos seguintes termos: o crédito do banco decorrente do depósito do valor mútuo, considerado o valor histórico (sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor efetivamente pago pelo consumidor pelas prestações respectivas. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança pela parte credora.

7. Precedentes: Acórdão n.1141698 (<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoid=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexado.07072051620188070009>, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 05/12/2018, Publicado no DJE: 10/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BMG S.A. *versus* DIJALMA DA SILVA SANTOS. Acórdão n.1142749 (<http://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj?visaoid=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexado.07016752820188070010>, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 07/12/2018, Publicado no DJE: 14/12/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. Partes: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A.

8. Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raíais do aborrecimento cotidiano daquele que realiza contrato de empréstimo, não tem o condão de gerar ao contratante danos morais.

9. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE** para declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 6578246), nos termos do art. 51, IV, do CDC; condenar o Banco a cessar definitivamente os descontos em folha de pagamento ou conta bancária do consumidor; determinar, como efeito da nulidade declarada, que se opere a compensação na forma do art. 368 do CCB, nos seguintes termos: o crédito do banco derivado do depósito do valor mútuo, (considerado o valor histórico, sem juros e correção monetária) será compensado pelo valor das prestações efetivamente pagas pelo consumidor. O saldo credor da compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança.

10. Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2008.

11. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à minguia de recorrente vencido na integralidade.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JO??? LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORR??? SILVA - 1º Vogal e ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UN???NIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 27 de Fevereiro de 2019

Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS

Presidente e Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recurso inominado interposto pela autora contra a sentença que, na AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E NULIDADE CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES, julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Alega a ausência de informação do banco e vício de consentimento na realização do contrato, uma vez que pretendia realizar empréstimo consignado na modalidade tradicional. Assevera, ainda, que não utilizou o cartão, uma vez que o mesmo jamais lhe foi enviado.

Contrarrazões apresentadas (ID 6578264).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS - Relator

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço do recurso interposto.

Inicialmente, ressalto que a presente demanda versa sobre nítida relação de consumo, devendo ser aplicados os ditames do Código de Defesa do Consumidor. Após detida análise dos documentos colacionados pelas partes aos autos, tenho que, no presente caso, a autora não foi suficientemente informada. Com efeito, não consta no contrato colacionado (ID 6578246, p. 1/2), de forma expressa e clara, o montante emprestado, os valores e quantias. Deve ser consignado que restou comprovado nos autos que a autora não usou o cartão de crédito (ID 6578247), dando verossimilhança à sua alegação. No que tange ao pleito de restituição em dobro dos valores dispendidos pela consumidora (art. 42, parágrafo único, do CDC), tenho que o recurso é improcedente. Para fins de normatizar os efeitos da declaração de nulidade, com a restituição possível *ao status quo ante*; deve ocorrer a compensação (a ser feita pelo banco emissor do cartão). No sentido acima colaciono os seguintes precedentes das Turmas recursais:

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA AFASTADA. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CANCELADO. VII. Resta minimamente comprovada a realização do saque e a disponibilização do crédito a partir do cartão de crédito. *visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada:07072051620188070009, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data 27/02/2019.*

JUIZADO ESPECIAL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO CONSIGNADO NA MODALIDADE CARTÃO DE CRÉDITO. PAGAMENTO NÃO FEITO. *quitado pelo consumidor, a fim de que não incorra em multa. visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada:07016752820188070010, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data 27/02/2019.*

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE EMPRÉSTIMO. CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. 12. Para se evitar locupletamento indevido pelo consumidor, impõe-se a devolução apenas da quantia efetivamente utilizada. *visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada:07012413920188070010, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data 27/02/2019.*

Os fatos narrados na demanda em análise, por si só, sem que tenha sido comprovada qualquer situação que fuja das raízes do aborrecimento. Recurso **CONHECIDO** e **PROVIDO EM PARTE** para declarar a nulidade do contrato celebrado entre as partes (ID 6578246), nos termos do art. 171, § 1º, do CDC, e para condenar o banco a pagar a compensação, se existir, poderá ser objeto de posterior cobrança.

Oficie-se ao INSS informando os termos do presente acórdão, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 28/2015. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios à míngua de recorrente vencido na integralidade.

É como voto.

O Senhor Juiz ARNALDO CORR??? SILVA - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 2º Vogal
Com o relator



DECISÃO

CONHECIDO. RECURSO PROVIDO EM PARTE. UN???NIME

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS

07/03/2019 16:26:37

<https://pje.tjdft.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 34585551



1903071626380000000033105438

IMPRIMIR

GERAR PDF



Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Órgão	Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL
Processo N.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO C??EL 0707516-07.2018.8.07.0009
EMBARGANTE(S)	BANCO DAYCOVAL S/A
EMBARGADO(S)	DALVA FERREIRA DOS SANTOS
Relator	Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS
Acórdão Nº	1164961

EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. PRETENSÃO DE REVISÃO DO JULGADO. NÃO OCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DOS ART. 1022 DO NCPC E ART. 48, DA LEI 9.099/95. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Conheço dos Embargos de Declaração interpostos pela autora (ID 7440951) por serem tempestivos. Todavia sua rejeição é medida que se impõe, visto que não configuradas as hipóteses do art. 48 da lei 9.099/95, nem do art. 1.022 do CPC/2015 (omissão, contradição, obscuridade ou erro material).
2. As teses e documentos apresentados foram amplamente analisados pelo Colegiado e concretizados no acórdão embargado. Todavia, em razão do caráter integrativo dos embargos de declaração, esclareço que os montantes a serem considerados para fins de compensação (entre os disponibilizados pelo réu e descontados da autora) serão os históricos.
4. Não há, portanto, qualquer vício apto a macular o acórdão embargado.
5. Embargos **CONHECIDOS** e **REJEITADOS**. Acórdão lavrado na forma do art. 46 da lei nº 9.099/95.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juizes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JO??? LUIS FISCHER DIAS - Relator, ARNALDO CORR??? SILVA - 1º Vogal e EDUARDO HENRIQUE ROSAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDOS. EMBARGOS REJEITADOS. UNANIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 10 de Abril de 2019

Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS
Presidente e Relator

RELATÓRIO

Dispensado nos termos do art. 46 da Lei n. 9.099/95.

VOTOS

O Senhor Juiz JO??? LUIS FISCHER DIAS - Relator
Dispensado nos termos do art. 46 da Lei n. 9.099/95.

O Senhor Juiz ARNALDO CORR??? SILVA - 1º Vogal
Com o relator
O Senhor Juiz EDUARDO HENRIQUE ROSAS - 2º Vogal
Com o relator

DECISÃO

CONHECIDOS. EMBARGOS REJEITADOS. UNANIME

Assinado eletronicamente por: JOAO LUIS FISCHER DIAS

15/04/2019 12:28:10

<https://pje.tjdft.jus.br:443/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

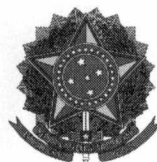
ID do documento: 34585611



1904151228100000000033105496

IMPRIMIR

GERAR PDF



15
12

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

01.500.5 – CORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAMENTO DO PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS - CGGPB

01.500.502 – DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS, em 27/05/2019.

Ref.: Processo 35000.001089/2019-24.

Int.: Dalva Ferreira dos Santos (CPF 617.801.466-04).

Instituição Financeira: Banco Daycoval SA.

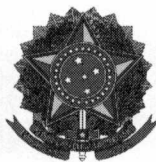
Solicitante: Segunda Turma RECURSAL dos Juizados Especiais no Distrito Federal.

Assunto: Autos 0707516-07.2018.8.07-0009
– Aplicação de Penalidades da IN 28/2008.

1. Trata-se de ação judicial proposta por Dalva Ferreira dos Santos (CPF 617.801.466-04) em face da instituição financeira Banco Daycoval SA, contendo determinação no acórdão nº 1155167 para que o Instituto Nacional do Seguro Social adote providências nos termos do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa do INSS nº 28/2008.

2. Compulsando o Acórdão nº 1155167, autos 0707516-07.2018.8.07.0009, item 3, *“com efeito, não consta no contrato colacionado (ID 6578246, p. 1/2), de forma expressa e clara, o montante emprestado, os valores e quantidade de parcelas a serem consignadas no benefício previdenciário, o termo final da quitação da dívida e nem a informação se o valor do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito correspondia ou não ao valor da parcela do empréstimo. Patente, portanto, o descumprimento do art. 52 do CDC.”* Assim, verifica-se que o contrato apresentado em juízo pela instituição financeira demandada foi firmado sem observar os requisitos do artigo 21 da IN28/2008, situação que pode ensejar a aplicação de penalidades com fundamento no artigo 52 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de Maio de 2008.

3. Como o Instituto Nacional do Seguro Social não fez parte de nenhum dos polos do processo informado acima, eventual penalidade administrativa somente pode ser aplicada mediante procedimento administrativo com observância aos princípios do



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

contraditório e da ampla defesa, corolários do devido processo legal, inteligência do artigo 52-A da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de Maio de 2008, incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 100, de 28 de Dezembro de 2018.

4. Em face do exposto acima, notifique-se a instituição financeira envolvida, mediante ofício em que conste expressamente a descrição da conduta alegadamente irregular, bem como a previsão de possibilidade de apresentação de defesa escrita, no prazo de dez dias, contados a partir do recebimento da notificação, que deverá ser certificada no presente procedimento administrativo.


ALESSANDRO ELIAS BORGES

Técnico do Seguro Social
Matrícula 1633598

KARINA VIANA DE FREITAS

Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios
Matrícula 1564475

SAULO MILHOMEM DOS SANTOS

Coordenador-Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios